

AMÉRICA LATINA: territórios e experiências

Carlos Antônio Leite Brandão

Este artigo faz parte de nossos estudos realizados na pesquisa “Hermenêutica e Arquitetura”, desenvolvida junto ao CNPq. Foi apresentado pela primeira vez, de forma resumida, no Fórum Arte das Américas, dia 8 de novembro de 2001, em Belo Horizonte, promovido pelo Instituto Arte das Américas.

O material sobre o qual se constitui a experiência do homem latino americano é feito de cacos e de sobras. Seu território se constitui de fronteiras movediças. Nos séculos XVIII e XIX, tal movimento das fronteiras constituiu a geografia dos países e a delimitação das soberanias nacionais, ainda que instáveis. No século vinte, tais fronteiras deixaram de ser só espaciais para serem também temporais. Vários tempos pressionam-se reciprocamente: um passado precariamente fixado pela historiografia mas que insiste reaparecer de forma mítica; um presente difuso, instável e movido por crises de toda ordem; um futuro e um bem estar que se mira nos países desenvolvidos e na tecnologia mais avançada. Esses tempos podem ser vistos tanto nos diferentes estágios de desenvolvimento dos distintos países latino-americanos quanto internamente a cada um deles. Falar, portanto, de território e experiências na América Latina, em qualquer campo, impõe estar apto a trafegar numa geografia movediça e numa experiência fragmentada e constituída dos cacos recolhidos dos estilhaços da história externa e interna de nossas sociedades. O olhar latino americano dedicou-se a entrelaçar esses cacos e culturas mais diversas e por isso constituiu-se como “barroco”.

São várias as fronteiras que delimitam o território da América Latina nesses umbrais do século XXI, e são várias, e mesmo contraditórias, as experiências que nele temos. Recorrentemente, nos perguntamos por nossas fronteiras e nossa história com o fito de estabelecermos aquilo que seja propriamente nosso, como uma *arché* ou origem estável e frente à qual pudéssemos encontrar uma dimensão de permanência frente ao transitório e ao efêmero. Por isso, quanto mais veloz passa o tempo e quanto mais abruptas se fazem as mudanças e as novidades, mais premente se faz a pergunta por nossa identidade. Constituir essa identidade parece imprescindível para estabelecermos as nações, as cidades e as sociedades pretendidas para o nosso futuro. Procuramos lançar nele as bases de uma experiência histórica consolidada e evidente. Perguntando por nossa identidade, pretendemos reconhecer uma continuidade entre nossas origens,

nosso passado e nosso presente e fixar uma essência latino-americana que seja fundamental para a construção do porvir.

Nossa história, contudo, é feita de quebras das linhas de continuidade. Na verdade, a pergunta por nossa experiência e nossa história é menos um trabalho de arqueologia do que a invenção de uma nova identidade e maneira de resolver os problemas do presente. Até o século XIX, a história da América Latina dedicou-se prioritariamente a conquistar e definir espaços; só nos últimos cem anos ela tomou para si a tarefa de construir uma perspectiva histórica e lançou-se na dimensão do tempo e na pesquisa de suas identidades e suas origens, como ao se instaurar as repúblicas, na Semana de 22 e no modernismo brasileiro. Mas já aí a constituição de uma história regional só foi possível dentro de uma história mundial à qual se achava entretecida e na qual encontravam-se aniquiladas as trajetórias dos povos autóctones. Isso se comprova nas independências dos países latino-americanos no início do século XIX: elas não são motivadas por um impulso ou fundamento social próprio mas pelo desejo de modernização e de fazer com que as elites locais, quase todas de origem ibérica, não fossem marginalizadas do poder. Tornamo-nos independentes mais para integrar-nos aos tempos modernos da Europa do que para desdobrar uma identidade nacional própria. Não acho, portanto, ser possível decantar uma identidade pura, seja para a América Latina como um todo, seja para suas diversas nações. Ela é sempre impura. Mesmo os relatos sobre os povos vencidos e destruídos que aqui habitavam anteriormente à chegada dos europeus constituíram-se dentro da historiografia dos vencedores. Delinear uma “pré-história” na qual identificar as raízes das nações e do futuro das sociedades é amputar nossa experiência e precário para definir nossa função no presente do mundo. Ao contrário, é justamente na impureza e na contaminação que encontramos os momentos piramidais em que constituímos nossas culturas e as referências obrigatórias frente às quais refletir e contrapor-se à globalização predatória. É o que podemos ver, por exemplo, na arquitetura de Minas Gerais do século XVIII e no modernismo brasileiro.

Além disso, o reconhecimento da identidade passa pelo olhar do outro com o qual o sujeito se defronta. Pela fragilidade de nossa história, ainda recente e feita em grande parte dos cacos da história deste outro, corremos dois riscos. O primeiro é o de não determo-nos nas complexidades próprias de nossa constituição híbrida e para as quais podem não servir os mesmos operadores com que se compreende culturas e sociedades mais homogêneas e menos periféricas. O segundo é o de assumirmos exclusivamente o olhar que o outro tem sobre nós e repetir, dessa forma, a visão de que a cultura dominante, sobretudo nestes tempos de globalização, enquadra nossa identidade.

Em vista disso, não consideramos que a identidade cultural da América Latina e de suas nações sejam imutáveis e passíveis de serem fixadas. Elas adquirem configurações diversas em diferentes épocas, são mais identificações transitórias em curso do que o desvelamento de uma essência

estável. Exigem um inimigo bem nítido. Esse é o modo pelo qual construíram-se nossas identificações: confrontando-nos com o alheio e reagindo a eles. E esse é o maior problema atual: os inimigos são difusos e não claramente localizados. Não sendo nítidos nossos inimigos atuais, nossa identidade também é embaçada.

Dentro das culturas hegemônicas, como a européia e a norte-americana, o artista raramente se pergunta por sua identidade. Isso demonstra que o desenvolvimento de uma cultura ou uma arte própria a uma região não necessita necessariamente de que seja identificado aquele substrato. Nós nos perguntamos por ele como estratégia para colocar em xeque aquela hegemonia. E, ao fazê-lo, não colocamos em cena uma essência regional mas um diálogo entre o que nos é próprio e o que nos é alheio, a tradição e o presente. Isso funda um horizonte novo e mais amplo de reflexividade onde o outro, ao invés de ser excluído ou copiado, é “apropriado”, “interpretado”, presentificado e atuado em nossas fronteiras até ser antropofagicamente canibalizado e transfigurado. Essas fronteiras foram inicialmente espaciais, hoje são também temporais.

AS FRONTEIRAS DO ESPAÇO

A demarcação do território latino-americano começa antes dele receber a visita de Colombo e junto com o início da idade moderna. Em 2 de janeiro de 1492, com a queda de Granada, termina o domínio mouro na Ibéria, são proscritos milhares de livros e todo o cabedal científico e humanístico que eles desenvolveram e sem o qual não teria sido possível o Renascimento. Em 31 de março os judeus são expulsos e seus bens, com os quais se financiará a expedição de Colombo, são desapropriados. Em nome da fé e da pureza de sangue, mata-se a tolerância política e religiosa entre cristãos, judeus e mouros e o rico processo de interação e recontextualização de identidades culturais. Daquela presença moura ficaremos com os cacós e com as formas da cultura desprovidas de conteúdo. O “novo mundo” já nasce, portanto, dentro do projeto de Portugal e Espanha constituírem-se como Estados com identidade que se afirma contra a cultura híbrida anterior na qual se abrigavam, por exemplo, os árabes e os judeus. Suas colônias serão vistas como desdobramento dessa identidade que se tentava implantar e através da qual aqueles dois países ibéricos se associavam à modernidade européia emergente. No momento em que a Ibéria procura sair da periferia do contexto europeu, as suas colônias recém descobertas serão vistas como instrumentos para ela alçar um lugar central e afirmar a nacionalidade moderna portuguesa e espanhola. Daí o caráter centrífugo da colonização latino-americana:

“A colonização moderna foi um fenômeno global, no sentido de envolver todas as esferas da existência, mas seu eixo propulsor situa-se nos planos político e econômico. Quer dizer, a colonização do Novo Mundo articula-se de maneira direta aos processos correlatos de formação dos Estados e de expansão do comércio que marcam a abertura da modernidade européia. É fácil observar que a seqüência dos países

colonizadores (Portugal, Espanha, Inglaterra, França, Províncias Unidas dos Países Baixos) é a mesma da formação dos Estados e expansão mercantil e marítima.”¹

Em vista disso, pode-se pensar que a afirmação ibérica supunha, inicialmente, inibir laços de caráter comunal e combater qualquer forma de identidade e organização que não coincidam com as normas e formas hegemônicas concebidas para o Estado europeu moderno e desdobradas para a sociedade, inclusive nas colônias. Mas isso não é precisamente correto, como veremos.

Ao iniciar-se sua colonização, a América Latina é concebida artificialmente a partir de uma idéia exógena do Estado imposta sobre suas formas de organização internas. As múltiplas identidades particulares são pensadas na identidade ibérica assim como as várias subunidades sociais são encaixadas na organização em cascata da sociedade emanada da metrópole. Desde o início, portanto, as culturas da América Latina são tensionadas por uma exigência externa e globalizante e desenvolvem-se sob pressões contraditórias estabelecidas pelo jogo entre a cultura hegemônica metropolitana e as culturas regionais e locais, sem a mediação de uma nacionalidade embrionária ou de relações horizontais entre as diversas culturas, ainda que tímidas: predomina a ligação direta e vertical com as metrópoles e a preocupação com a sobrevivência no território virgem e sob condições precárias. Nessa tensão fermentar-se-á o antagonismo sempre renovado entre o universalismo e o particularismo, entre o centro e a periferia, entre o desejo de emancipação local e a necessidade de regulação externa. Nessa fronteira se enraízam as culturas e as identidades da periferia latino-americana e negar essa condição periférica é desconhecer o território onde se formam suas identidades e aquilo que as capacitam para desempenhar papel decisivo no século XXI. Mesmo quando os Estados se debilitam ou tornam-se multinacionais e substituem o estado-nação, como atualmente, aquele antagonismo se reapresenta pois não muda a condição de referirem-se a sociedades e culturas periféricas, de raízes superficiais e de fronteiras precariamente estabelecidas e que sempre exigem ser defendidas por não serem naturais, mas artificios arquitetados no exterior.²

Ambientando-se em organizações espaciais e sociais abstratas e vencidas as formas de organização autóctones, impõe-se uma identidade “barroca”, entendida como aquela gerada pela representação e por um projeto não fundados numa instância arquetípica e original identificável e na qual estariam contidos os sucessos futuros de suas sociedades. Enquanto a formação das cidades e nações européias modernas, como a Florença de Leonardo Bruni ou a Roma da Contra-Reforma, apelaram para seu passado para construir a grandeza do seu destino, as identidades latino-americanas se constituíram forjando primeiro um futuro dentro do qual inventava-se um passado, quase sempre mítico e extra-histórico.

Essa fundação “não-natural” da sociedade ibérica no Barroco é violentamente contrastada pelas exigências colocadas pela vasta natureza da colônia a ser conquistada e explorada. Diante das exigências concretas

impostas pelo novo território, aquela abstração se afrouxa e dá margens, nos primeiros tempos de colonização, à fundação de novos hábitos e constantes perversões e adulterações dos modos de organização espacial e social imaginados nas metrópoles.

Em 1640, com a Restauração portuguesa e desmanchada a unificação com a coroa espanhola vigente durante sessenta anos, acentuam-se as exigências de construir uma modernidade própria à sua afirmação dentro da Europa e do mercantilismo. Para isso, Portugal dedicou-se sobremaneira a reconquistar os antigos territórios e expandir seus domínios na América pois eram eles os principais instrumentos dessa afirmação, especialmente o Brasil, a “vaca de leite” de Portugal, como definiu o próprio D. João. Através das colônias, Portugal se pensa e se reinventa, como na política de Pombal e nos sermões do Pe. Vieira, nos quais Portugal é vinculado “a um programa, a um futuro, não a um passado, ainda que glorioso”.³ O epíteto de ser o Brasil o país do futuro foi lançado, antes, por Vieira para seu país natal. E essa projeção do futuro moldará o passado dentro de ordens mágicas e profecias desvendadas e situadas fora da experiência histórica. Essa identidade, mágica e profética, é filha do espaço e do imaginário, não do tempo. A realidade e a fantasia, a abstração concebida pela Metrópole e as vicissitudes da ocupação concreta da Colônia, a tradição e a urgência, o artifício e a natureza formam um jogo de espelhos em que a identidade se multiplica e se metamorfoseia constantemente: não há identidade, só identificações, reflexos e interações constantes entre os vários espaços geográficos e sociais. Espanha e Portugal são presos na fronteira: pretendem tornar-se Europa e modernizarem-se às expensas de espaços coloniais não organizados para tal fim.

Para modernizar e inserir esses espaços dentro do mercantilismo, Espanha e Portugal empreenderam duas estratégias distintas. A Espanha abriu-se totalmente e procurou organizar um Estado completamente racional destruindo os antigos privilégios e estabelecendo objetivos inteiramente práticos e utilitários para sua política, economia e administração colonial. Ela europeiza-se e elabora metas introjetadas nas suas colônias mediante a importação de uma burocracia estatal que ocupa os espaços das elites locais. Os modelos são importados, como o planejamento das cidades de forma ortogonal e em torno das “praças de armas” centrais. Também a violência é forte tendo em vista a necessidade de se anular as organizações tradicionais. E na arquitetura as variações barrocas são restritas e os planos concebidos sem levar muito em conta os contextos em que são inseridos. Esse esforço de modernização de si e da América faz com que a Espanha perca a própria América na medida em que as elites locais se vêm sem espaço para ocupar o poder, o que provoca ressentimentos internos exacerbados diante da opressão do outro europeu até rebelarem-se. Dessas rebeliões localizadas contra a Metrópole emergiram as diversas repúblicas e fragmentou-se a unidade territorial pré-existente: a América espanhola balcanizou-se.

Portugal não pretendeu a completa modernização e transposição

de valores lançados sobre a tradição e a organização colonial visando igualá-la à metrópole. Teve consciência de saber-se dependente do Brasil para realizar seu projeto de europeização e ao invés de querer impor a mesma ordem da metrópole na colônia procurou estabelecer com ela uma relação de complementaridade onde ambas tinham papéis diferentes e mais definidos. Enquanto a Espanha procedia a uma importação da burocracia e vedava a participação dos americanos na administração do Estado, Pombal promovia o envolvimento da elite brasileira na administração e na expansão do território. Enquanto a Espanha pensava cartesianamente a geografia do seu império e impunha uma geometrização e homogeneidade regulatória a todo seu reino, Portugal conforma um espaço mais diferenciado e heterogêneo, admitindo diferenças naturais entre eles, estruturas e funções específicas. Mais incorporados ao sistema administrativo e econômico e sendo as elites locais mais contempladas, os ressentimentos dos brasileiros são menores, o diálogo entre a colônia e a metrópole é mais orgânico e a convivência entre vários troncos e heranças culturais se faz mais equilibrada.

Os projetos das colônias espanholas na América Latina se estabelecem por ruptura, enquanto o brasileiro se faz por continuidade, relatividade, contextualizações e combinações que admitem, por exemplo, miscigenação e abolição de fronteiras espaciais, raciais, institucionais e culturais. Quando verificamos que inclusive mouros tiveram aqui espaço para conformar a cultura e ocupar o território brasileiro vemos processar-se no âmbito da colônia uma reintegração que se contrapunha à expulsão que as culturas alheias sofreram na península ibérica quando do ano da viagem de Colombo.⁴

O espaço barroco europeu é uma exigência de sistematização e síntese da sociedade, da cidade e da natureza: “a idéia barroca de um espírito sistematizado e infinitamente estendido encontrou sua principal manifestação no conceito, próprio do século XVII, de cidade capital.”⁵ Ele se constitui, no século XVII, a partir da vontade de regular todo o espaço nacional a partir dessa cidade capital.⁶ Nessas capitais o espaço é sistematizado pelos edifícios-sede do valor ideológico dominante, como a igreja contra-reformista, no barroco italiano, ou as praças e palácios, como no caso francês. Da *Basilica de São Pedro no Vaticano* derrama-se a praça e o espaço circundante dentro do qual se projeta e se reflete, através da arquitetura e do urbanismo, a sede hegemônica do sistema que regula toda a sociedade. Analogamente, as praças erigidas por Henrique IV e Luís XIV geometrizam o espaço físico como se geometrisassem a sociedade em torno do foco real. No centro dessa praças, eleva-se a estátua do soberano, ou então, como em Versalhes, toda a cidade converge para o seu palácio.⁷ Essa homogeneização que se derrama do edifício-sede para a cidade e da cidade capital para o restante do país é perseguida na ordenação espacial das cidades pensadas para a América espanhola. A organização espacial brasileira é menos rígida, principalmente nas Minas Gerais do século XVIII; ela é multipolarizada e admite vários focos e edifícios para referenciar o espaço. Seu barroco é esgarçado e interage mais organicamente com a

sociedade civil. Em Minas Gerais ele será a expressão dessa sociedade, organizada em torno das ordens terceiras extremamente dinâmicas e poderosas devido à proibição pombalina à presença das ordens primeira e segunda na região das lavras. Homologamente, as igrejas dessas ordens terceiras se imporão como os focos visuais e espaciais em torno dos quais o urbano se estruturará.

Se na Europa o Barroco é a expressão do poder político absoluto, em Minas ele será expressão cívica e o primeiro momento de construção e afirmação de um caráter eminentemente autóctone.⁸ Essa identidade cultural é construída num ambiente de interação e não de ruptura com as tradições ibéricas. Se no litoral ocorre uma transplantação de modelos arquitetônicos pouco modificados pelas exigências locais e pelos materiais e mão de obra disponíveis, em Minas Gerais impõe-se uma maior apropriação, interpretação e formulação de modelos outros. Sua originalidade não está em criar algo radicalmente novo e nascido de um absoluto desejo de ruptura, mas na transmutação e “carnavalização”⁹ das formas tendo em vista a dificuldade de trazer no lombo do burro materiais importados, como azulejos e mármore; o destino e a diversa inserção do nosso barroco, como manifestação de uma sociedade civil urbana, mais dinâmica, autônoma e organizada, e não mera emanção do poder hegemônico; a maior mobilidade social e a constituição de um estrato médio da sociedade, a qual não era tão rígida e hierarquizada como a sociedade agrícola do litoral. Aqui, dentro dos limites definidos pelas montanhas, as fronteiras espaciais e sociais são mais fluidas e as vertentes e tradições se combinam. A arquitetura faz convergir, por exemplo, modelos herdados de Portugal, da Espanha, da Itália, da França e do Barroco Tardio da Europa Central. Junto ao italianismo da planta elíptica – como a de *São Pedro dos Clérigos em Mariana* e a de *Nossa Senhora do Rosário em Ouro Preto* – assistimos as pinturas imitando mármore ou granito e os azulejos do Porto; o coroamento em bulbos de origem árabe; cobogós, treliças e muxarabis de herança mourisca; *chinoiserie* orientais e decoração rococó; curvas, contracurvas, músicas e iconografias de santos muito próximas das encontradas na Europa setentrional, como no barroco austríaco, alemão e checo, além da presença de motivos de caráter regional e local como os mulatos que inspiram a arte de Aleijadinho e Athayde. Na *Matriz de Santo Antônio em Tiradentes* encontramos, inclusive, a presença de colunas estípites e decorações com motivos que apontam para a presença em nosso território do românico ibérico e de elementos comuns ao barroco *criollo*. Acrescente-se a isso as vertentes de ordem técnico-construtiva impostas à nossa arquitetura devido à necessidade de trabalhar com os materiais disponíveis no sertão e na mão de obra local. Em nosso Barroco

“Praticamente tudo é contaminado e, assim como não prevalece a pureza racial, a pureza formal não é a tônica de nossa arquitetura, os hibridismos constituindo sua expressão marcante. Novos aportes estilísticos, portanto, não teriam implicado a exclusão dos demais, antes teriam sido incorporados em convivência e sínteses formais orientadas pelo

barroquismo subjacente, o que vale, em Minas Gerais, tanto para o quadro geral da arquitetura com sua pluralidade regionalista, quanto nas obras consideradas individualmente."¹⁰

Por essa abertura e diálogo com a matriz européia, o Barroco Mineiro anda a par e passo com o Barroco Tardio europeu, no século XVIII. Não é migração retardada de um estilo estabelecido no *seicento* italiano e francês, mas interpretação e modificação deste simultaneamente ao que é feito na Ibéria e na Europa Central. Isso se comprova no relato de Simão Ferreira Machado sobre o Triunfo Eucarístico, de 1733, festa realizada em Vila Rica onde se documenta a vitalidade da colônia e sua contemporaneidade em relação à arte da metrópole; na produção musical de São João D'el Rey e Diamantina, contemporânea àquilo que se levava na Europa Central; ou na talha, na escultura e na arquitetura de Antônio Francisco Lisboa.

Bom exemplo é o interior elíptico da Matriz do Pilar em Ouro Preto, obra de Antônio Francisco Pombal. Datada de 1736, tal intervenção é contemporânea ou anterior aos templos portugueses de planta elíptica ou poligonal, como *São Pedro dos Clérigos no Porto*, de 1731, e a *Matriz de São João Batista de Campo Maior no Alentejo*, de 1734. O projeto original do frontispício de *São Francisco de Assis*, em Ouro Preto, obra prima de Aleijadinho e do Barroco Mineiro, é de 1766.¹¹ Sua grande similaridade com os riscos do frontispício da *Igreja do Senhor dos Santos Passos de Guimarães*, realizada três anos mais tarde, dá margem para que pensem na elaboração de modelos transmutados na colônia e que servem depois para a constituição do repertório da arquitetura barroca portuguesa.¹²

Em outros trabalhos já nos estendemos sobre essas propriedades da arquitetura colonial mineira.¹³ Importa-nos aqui estabelecer como elas se relacionam e ajudam a constituir um território em que as fronteiras espaciais e sociais são mais permeáveis do que as verificadas no Barroco em geral e, especialmente, frente ao processo de colonização espanhol, o que distinguirá profundamente as experiências que constituem as duas sociedades coloniais. Tais diferenças não podem ser desconsideradas e aplainadas sob a idéia de homogeneização do espaço e da cultura latino-americana. A relação a ser procurada entre elas ou na pesquisa pela identidade da arquitetura, da arte e da cultura da América Latina, segundo o nosso ponto de vista, deve ser a de complementaridade e colocadas em função recíproca, jamais a de igualdade e homogeneização. O método para a construção dessa identidade no atual contexto será mais rico, a nosso ver, se ao invés de estabelecer as semelhanças, precise as diferenças e estabeleça as relações de complementaridade entre as culturas e seus produtos, ontem, hoje e amanhã. A cultura a ser entretida quando nos perguntamos por nossa identidade não é aquela que ambiciona a originalidade absoluta ou a invenção do radicalmente novo, mas a que se estabelece no desenvolvimento do diálogo permitido entre os vários espaços e temporalidades existentes. O barroco mineiro foi original e constituiu talvez a primeira manifestação de uma cultura nacional quando fomentou esse diálogo e apropriou-se do alienígena, ao invés de estabelecer uma radical ruptura com ele, mergulhar numa busca

obsessiva do novo e do autóctone ou meramente transplantar modelos importados. Mesmo a “tradição dos vencedores” deve ser assimilada: sobretudo ela – como em Mário de Andrade, Neruda, Garcia Marquez, Carpentier, Borges ou Cortazar, para ficarmos apenas no âmbito literário – é objeto da carnavalização e antropofagia e serviu à nossa identificação latina.

DAS FRONTEIRAS DO ESPAÇO ÀS FRONTEIRAS DO TEMPO

Essas diferenças de políticas de colonização implicam também em processos de independência política, espacial, artística e cultural diversos. Em comum verifica-se que tais independências não foram motivadas por uma identidade e vontade autóctones amadurecidas e reconhecidas plenamente. Elas se devem mais à falta de espaço para as elites locais e regionais desempenharem um papel preponderante no mercantilismo ocidental ou se fazerem herdeiras de um poder em vias de desaparecer.¹⁴ Resulta disso um outro traço barroco e comum: as identidades nacionais são construídas artificialmente, a posteriori, e não antes. Elas são mais consequência do que causa da afirmação política das nações. Assim sendo, os territórios físicos, sociais e culturais, são móveis, não estão constituídos, precisam ser explorados e mapeados, apesar dos inúmeros perigos e temores que despertam. A mentalidade americana é móvel e se constitui juntamente com a exploração dessa natureza e a demarcação de suas fronteiras:

“E esta é a primeira e importantíssima característica que devemos ressaltar para iniciar a demarcação, no plano demográfico, das estruturas do cotidiano na colônia: a contínua chegada de novos contingentes populacionais. A intensa mobilidade aparece, portanto, como a mais geral característica da população no mundo colonial, em contraposição à relativa estabilidade característica do Velho Mundo. [...] E isso é tanto mais decisivo quando lembramos que, para além do crescimento pela agregação de novas levas, a mobilidade se expressa também e intensamente de forma horizontal, isto é, nos contínuos deslocamentos no espaço. Basta olhar para os mapas das linhas de povoamento para constatar essa permanente mobilidade.”¹⁵

É a conquista do espaço, mais que a conquista de uma autoconsciência e autoconstrução histórica, aquilo que encontramos na constituição das sociedades coloniais em vias de proclamarem sua independência. O espaço, atravessado de enigmas, perigos, magias e turbulências, não é docilmente domesticado por uma razão abstrata ou por projetos facilmente estabelecidos. É construindo esse espaço e relacionando-se com ele e seus mistérios que forma-se a mentalidade barroca latino-americana, também mágica, instável, provisória, móvel, imaginativa, fragmentada, artificial e artificializante, “oposta à da construção de um ‘eu’ europeu ou da homogeneização da paisagem social e cultural.”¹⁶

A arte e a arquitetura aí geradas também serão artificiais e inventadas, e não simples derivação das condições da vida ou cópia dos modelos importados. As formas são apropriadas mas destituídas dos conteúdos

originais, vistas como alegorias, fragmentos, ruínas, sem prenderem-se a um conteúdo simbólico previamente fixado e à totalidade nas quais se originaram.¹⁷ Este referimento simbólico vem depois das formas prontas, e não antes delas, premido, inclusive pelas próprias exigências e condicionantes técnicas, construtivas e espaciais condizentes ao caráter provisório das ocupações, primeiramente, e, depois, pelos desafios e características próprias impostos pelos lugares, como o sertão e os altiplanos. Por isso, as formas ganham conteúdos novos a posteriori e são livremente utilizadas e recombinadas dentro de um universo estilístico em que desaguam numerosas vertentes que vão da oriental à indígena, do manuelino ao banto, ao rococó e ao neoclássico. E isso vale tanto para os monumentos católicos quanto para a arte popular como a dos oratórios.

Carecendo de uma identidade histórica própria e construindo artificialmente suas fronteiras espaciais e culturais conforme exigido pela imediatividade da ocupação dos territórios e as possibilidades de riqueza oferecidas pela natureza, estabelece-se uma sociedade fragmentada e premida mais pelas exigências das regiões do que pelas da Coroa e do desejo moderno e racional de constituição de um espaço sistematizado e homogêneo. Cabia à Coroa manter a unidade territorial e a unificação da sociedade colonial.

Começam aí as diferenças próprias às independências e identificações procedidas no século XIX. A modernização imposta pela Espanha às suas colônias implicou na revolta das elites locais e regionais contra um *rex absconditus*, rei absoluto e símbolo fantasioso de uma unidade e estabilidade mas que mantinha-se à distância. Com a marginalização das elites e o prolongamento dessa distância, tal rei e as tradições da metrópole passam a ser confrontados sistematicamente pelos valores distintos e mais afins à configuração das nações emergentes. Nas colônias espanholas o combate se faz contra esse rei ausente e as tradições metropolitanas, a partir dos territórios diferenciados que não mais se acomodam em um espaço global impossível de ser centralizado pela realeza distante. A autonomia da América espanhola fez-se com a explosão da antiga unidade cujos fragmentos regionais darão origem às repúblicas que escolhem para si os limites territoriais previstos na administração imperial. Nenhum agente substitui a função unificadora da Coroa: “Ao perder o rei, os criollos perdem a vastidão dos espaços como recurso de poder e riqueza, balcanizando a América espanhola.”¹⁸ Órfãos de Deus, do Rei e de qualquer projeto político e econômico moderno capaz de entusiasmar a sociedade, as nações fundam-se artificialmente e remetem para o futuro tanto as possibilidades utópicas afloradas com a independência quanto a constituição de suas identidades.

Também a identidade e a independência brasileira são artificiais e não respondem a um desejo autóctone maduro. Isso é mais evidente quando se vê que ela é proclamada pelo próprio filho da corte, a partir de um grito e não de guerras, como se vê no famoso quadro de Pedro Américo. Ela se dá sem heróis, sem cadáveres e só artificialmente épica:

“O quadro fixou no imaginário nacional a imagem do grito do Ipiranga: D. Pedro e poucos cavalarianos de sabres erguidos, cercados

pelo mato, contemplados com absoluta perplexidade por um matuto conduzindo um carro de boi. Há algo de aparentemente perturbador nessa visão pictórica da fundação do Brasil. Parece faltar-lhe o elemento épico, o heroísmo banhado em sangue, exercido num cenário grandioso e terrível, próprio das forças titânicas que freqüentam os poderosos mitos de fundação de outro países e nações. Tudo o que salta da tela é apenas isto: um grito do rei. Todo o ambiente e os personagens que envolvem este grito e o rei são irrelevantes, são nada. Os cavalarianos são a cópia do rei, a natureza é indiferente e o matuto é puro susto, momento em que algo novo e repentino suspende a vida e sua inércia. O cenário é nada porque é do nada que o rei começava a inventar o Brasil, projetando-o como obra sua, como totalidade emanada de sua vontade. O Brasil não se ergue sobre cadáveres de heróis, não se planta regado pelo sangue do povo em armas, não se instaura dependente de generais, mas como ato do rei, que também se plenifica ao deliberar. O quadro é apenas isto: o rei decidindo e criando.”¹⁹

Independência, portanto, preparada pela complementaridade própria à colonização portuguesa, na qual as elites brasileiras encontravam mais espaços. A dependência que Portugal tinha do Brasil era de tal ordem que a possibilidade da colônia sediar a monarquia já era pensada antes da vinda de D. João VI. Essa *translatio imperii* tornava presente o rei, *rex praesens*, sincronizava o centro político e o centro econômico do império, pacificava as elites locais e regionais e mantinha visível o símbolo da unidade territorial e social impedindo a fragmentação da Colônia. A chegada de D. João VI faz do Brasil um lugar redimido de sua inferioridade, palco artificial da morada do rei antes de constituir-se como nação e identidade própria. Pela presença e vontade do rei, o país desenvolve uma unidade e hierarquia internas que se fortalecem diante da abertura dos portos: sua identidade é construída artificialmente, de fora para dentro, mais por exigência do olhar do outro do que pelo desenvolvimento da autoconsciência e investigação de suas origens e de sua história.

Mantendo sua unidade, o grande feito do Império, o espaço brasileiro não se balcaniza como na América espanhola. Suas fronteiras são internas e constituintes de uma identificação polifônica mas geral e sincrônica, enquanto que o processo das colônias espanholas é divisionista e discordante. Perdida a vastidão do espaço geral, as colônias espanholas são obrigadas a entrarem na história e na construção de identidades próprias e fronteiras rígidas, enquanto no Brasil permanece uma sociedade do espaço de fronteiras móveis, interna e externamente. Mantendo essa unidade espacial, adia-se a república e preserva-se o Rei. E mesmo com a independência o que se tem não é uma identidade nacional mas, ainda, um projeto de nação entrevisto numa cultura de fronteira, mesclando o autóctone ao estrangeiro e onde mesmo a Coroa é canibalizada e apropriada nos artifícios e perigos do território que se mapeia internamente e se dá a ver externamente. O mundo público e a identidade são projetos que se colocam dentro da aventura territorial na qual os sistemas, tradições e modelos pré-fixados são relativizados, manipulados e artificializados

em uma sintaxe autônoma e ainda barroca, feita mais de palavras e signos do que de estruturas econômicas e consciência histórica definidas.²⁰

A identidade brasileira constituiu-se como negociação entre heranças régias e território de aventuras, a tradição e o novo, o barroco e o iluminismo liberal, o alheio e o outro. Não há uma origem nítida histórica e nem um futuro que não seja mais do que a promessa de um outro futuro. Estamos cindidos do que nunca foi: não há uma *arché* fundante onde assentar a idéia de nação ou prever o desígnio do porvir. A pergunta pela identidade é paradoxal na medida em que expõe o afã de estabelecer uma fundação impossível e fixar nosso papel em relação ao contexto internacional. Vivemos a tradição como artifício e projeto, de modo arbitrário e deslocado frente à Europa ou aos Estados Unidos. Valores, costumes e formas são descolados de sua origem e manipulados conforme as exigências e necessidades internas e imediatas colocadas pela conquista do território geográfico e social ao qual se procura dar sentido, mesmo diante do ostracismo histórico e da marginalidade frente ao mundo ocidental. Essa marginalidade canibaliza aqueles valores, culturas e formas em busca de constituir uma identidade nacional feita justamente da superficialidade de suas raízes e da liberdade de reconfigurá-las dentro do novo contexto:

“Partindo do litoral, os colonos foram aos poucos incorporando o território da América portuguesa ao âmbito do Império: mundo sempre em movimento onde as hierarquias sociais se superpunham com maior flexibilidade e rapidez; onde os limites geográficos foram, até meados do século XVIII, fluidos e indefinidos; onde os homens inventavam arranjos familiares e relações interpessoais ao sabor de circunstâncias e contingências, onde aldeias e vilarejos se erguiam de um dia para o outro, nada garantindo que durassem mais de alguns anos ou que crescessem com a feição e o ritmo das aglomerações urbanas de além-mar. Foi nesses espaços novos e nesse mundo distinto que homens cada vez mais familiarizados com hábitos de privacidade improvisaram, à sua moda, novas formas de vivê-los – inclusive para poderem suportar melhor o imprevisto de situações inéditas e neutralizar a angústia ante seus desdobramentos. No território vasto e raramente povoado que aos poucos foi se constituindo em Brasil, o isolamento, a precariedade das formas cotidianas de existência e a força duradoura dos padrões opostos à intimidade estenderam-se por séculos, vigorando até pouco tempo.”²¹

O passado é entretecido ao presente e a universalidade antropofagicamente transmutada por uma mentalidade em que se contagiam a indigência das origens, a virtualidade do futuro, a perversão de tradições, a sucessão de projetos e a iminência de extinção de sua autonomia. Surge daí uma arquitetura transnacional e uma identidade transcultural, barroca, moderna e pós-moderna, ancorada em um projeto mais do que alicerçada no passado, presa à fronteira dos territórios espaciais e culturais os mais diversos: arquitetura, arte, cultura e identidade de fronteiras que recusam a fixar-se e que desta recusa retiram simultaneamente sua potencialidade e sua fragilidade diante da globalização do século XXI. O espaço em que

elas se moverão também deverá ser fictício e inventado, capaz de preservar as distinções e faces próprias ao pluralismo latino-americano e, ao mesmo tempo, torná-lo agente transformador do *theatrum mundi* que até aqui vem sendo delineado por fronteiras mais perversas e experiências cada vez mais empobrecidas e passivas.

Como artifício, o Barroco respondeu a um mundo descentrado e descontínuo, de fronteiras móveis e histórias fragmentadas, de uma realidade instável e uma derrisão de identidades homogêneas e pré-fixadas. Ele serviu para movermos no agonismo das diferenças e no afã de encontrar fundamentos e tradições sólidas num espaço feito de interrogações e espantos sucessivos.²² Do desafio do espaço e nas bordas do território que se ia conquistando, germina nossa cultura de fronteira, centrífuga e diversa do processo centrípeto europeu:

“Nos caminhos difíceis pelo quais fluíam víveres de um extremo a outro da Colônia; no topo de morros ou costões que espreitavam a aproximação de alguma vela corsária ou herege; nos presídios de pau-a-pique, onde, com roças e bandidos recrutados à força, esperava-se conter o avanço dos índios bravos e firmar novos núcleos de povoamento; nas canoas que venciam as corredeiras dos rios levando os funcionários encarregados de traçar mapas ou plantar padrões de pedra, definindo assim os limites territoriais; ou ainda nos acampamentos a céu aberto, fustigados por chuvaradas e nuvens de insetos, pouso rápido de mamelucos caçadores de índio e de ouro – longe, portanto, da costa e da influência européia mais imediata, constituíram-se formas variadas e originais de convívio íntimo.”²³

Nossas identificações recusam-se a serem nomeadas pois emergem diante de estranhamentos, perplexidades e dilemas colocados nas fronteiras do território e pelas necessidades de sobrevivência. Acalentada nos extremos do território em expansão e das condições da vida itinerante, nossa identidade é um processo de deformação e reconstrução contínuas, a exigir sempre a invenção do não existente através do artifício. Como “ruína” ou “fragmento” dos continentes europeu, africano e de si própria, a experiência histórica da nossa América Latina, ainda sendo elaborada, pode ser a melhor lição para enfrentar o mundo contemporâneo e dar-lhe um projeto capaz de lançá-lo para além das urgências e imediatismos e fora da apoteose globalizante e tecnológica do hemisfério norte.²⁴

AS FRONTEIRAS DO TEMPO

Garantida a unidade territorial, o final do século XIX e a República inserem um novo apelo à construção da identidade brasileira: a história, na qual as colônias espanholas caíram tão logo tornaram-se independentes. Ainda restam os problemas relativos à ocupação do território e a configuração das fronteiras internas – geográficas, sociais e econômicas. Mas acrescenta-se, superada as urgências e fragilidades da questão territorial, a nova necessidade de demarcação temporal onde se procura distinguir o antigo do moderno, a economia colonial do liberalismo e o velho do novo:

é ao redor dessa distinção, por exemplo, que Euclides da Cunha relata a Guerra de Canudos. Do “teatro de sombras” que restara do império, como diz Machado de Assis, passa-se ao regime federativo e à construção de uma ordem moderna consoante à européia.

Essa modernidade também é artifício: não decorre de uma linha contínua que levaria do velho ao novo, mas de um projeto que se insere à força e catalisa o imaginário. Figurada, como nos planos propostos para o Rio de Janeiro por Pereira Passos e para Belo Horizonte por Aarão Reis, em oposição à tradição colonial e imperial, esse projeto de modernidade exige também uma pesquisa histórica na qual ela se distingue e se articula. Daí a tensão dupla em que se movimenta nesta fronteira da história: de um lado a pressão da modernidade européia, manifesta na indústria, nos costumes ou nas artes do final do século XIX, de outro a necessidade de articular a nação com sua história própria.

A reforma urbana de Pereira Passos no Rio de Janeiro, inspirada na que Haussmann realizou em Paris, ou a concepção racional e funcional da nova capital mineira, substituindo ideológica e fisicamente a ocupação orgânica e espontânea da antiga capital ouropretana, demonstram este afã de modernidade e um desejo de ruptura radical com o passado. Contudo, também esse projeto de modernidade não se vê natural e organicamente aderido a um conteúdo social, mas contrastado, ainda, pela questão do espaço e pela mentalidade colonial: as largas avenidas belorizontinas ocupadas por carroças são ilustração disso. Dois tempos que não se assimilam perfeitamente; dois espaços, o interno e externo, que se estranham; duas ordens que se defrontam: a universal e a local.

Tal como na relação dialógica da colônia com a metrópole, nossa identificação moderna se fará negociando estes tempos, espaços e ordens. E dessa negociação surgirá, da mesma forma que o Barroco Mineiro, o segundo momento da arquitetura como afirmação da cultura nacional: o Modernismo, antropofágico como proposto por Mário de Andrade e constituído sobre formas que, enfraquecidas em seu conteúdo original, são canibalizadas, misturadas às substâncias locais e então devolvidas ao mundo. Na cultura de fronteira brasileira o *international style* perdeu a pureza programática com que fora concebido na matriz européia e norte americana.

Também a matriz do nosso modernismo descendeu das linguagens formuladas no hemisfério norte, mas, simultaneamente, desenvolveu-se uma hermenêutica onde elas foram interpretadas e postas a serviço de nossos problemas e da nossa cultura, como verificamos na adequação e esmero dedicado aos conjuntos habitacionais, no virtuosismo do trabalho no concreto armado, na consciência crítica e criteriosa que berçava a invenção das formas e nas combinações inéditas de materiais e técnicas construtivas. Investigava-se um país novo e inventava-se um homem livre, sem perder de vista a tradição e o contexto local. Daí a maior conquista dos arquitetos: “conseguiram deslocar a discussão com seus oponentes neocoloniais e acadêmicos do terreno estético para um domínio ético.”²⁵

A sabedoria dos modernistas foi fazer um projeto de futuro. Fazer projeto é planejar a liberdade, recusar a submissão a forças heterônomas que nos impedem de conferir à nossa existência uma dimensão histórica e uma autoridade para decidir sobre o que queremos ser. O modernismo teve projeto e aceitou a responsabilidade de criarmos o nosso próprio mundo. Seus arquitetos eram os responsáveis pelo “reconhecimento do capital simbólico e a autoridade de diagnosticar o presente e indicar os caminhos a seguir”²⁶, competindo-lhes não apenas resolver um problema espacial mas, sobretudo, formular um novo modelo para a sociedade. Isso se reflete, por exemplo, na radicalidade das proposições técnicas e na renovação dos elementos de arquitetura e de composição, como na *Casa Lotta Soares*, de Bernardes (1951-1953).

Os projetos modernistas revelam esse plano ético maior e como o modernismo não foi mera transplantação de modelos estrangeiros. Eles nos mostram, ainda, que não houve propriamente uma linguagem modernista, mas várias, como o experimentalismo heterodoxo de F. Carvalho, o esforço de W. Souza por conciliar o eletismo tardio e a proposta modernista, a rusticidade e ousadia de Warchavchik na *Casa Marjore Prado* (1946), a simplicidade refinada de J. Ferreira, as pesquisas com as técnicas construtivas autóctones de C. Ferreira, as intervenções dissonantes em sítios históricos e a combinação bruta do artesanato vernacular do adobe e da palha com o funcionalismo exigido pela síntese da *Casa V. Cirrel*, de Lina Bo Bardi (1958). O apelo da síntese se amplia e explica a obra de Lúcio Costa: síntese entre interior e exterior, tradição e revolução, identidade e universalidade, passado e futuro, artesanato e indústria, e entre o clima, a estrutura, a função e a forma. Síntese em que o determinante ético disciplina a arte e a tecnologia, como nos *Apartamentos Proletários* (1931-1933), no *Museu das Missões* (1937) e no *Hotel de Friburgo* (1940-1944).

Também a obra de Niemeyer parte do esforço de síntese tensionado pela construção de um novo *ethos*. Rompendo com a burocracia estética em que se acomodava o *international style*, a *Pampulha* alia a ousadia e a simplicidade, a liberdade criativa e a disciplina técnica. Dessa aliança nasce “uma linguagem cosmopolitana brasileira, mais do que simples adaptação de princípios internacionais aos ares tropicais”²⁷, que culmina em Brasília.

Pensando em termos de processo, a arquitetura modernista desviou o seu olhar das entidades ou ocorrências individuais e aplicou-o sobre a história, o contexto e a ação humana supra-individual. Só dentro desse panorama mais vasto as obras adquirem seu significado. Seu racionalismo geométrico, universal e funcional é fruto da dramática situação histórica provocada pelas duas guerras e visa a superar a irracionalidade e a incompreensão do outro, a promover o homem livre e autor do seu próprio destino e modificar o funcionamento de toda a sociedade. Ele se alia à técnica e à indústria para levar o mesmo repertório construtivo tanto a edifícios simbólicos e monumentais quanto para habitações populares, escolas, teatros e serviços assistenciais. Naquele momento, dominar a técnica era uma exigência política na medida em que era exigido dos

arquitetos terem competência para traduzir o anseio universal de transformar profundamente toda a sociedade e o país no âmbito de sua disciplina. Por isso, o discurso político, tal como as projeções do lúdico e da sociedade civil na arte barroca, deveria fazer-se com as palavras da alvenaria, das treliças, do concreto armado e dos vãos.

O modernismo não promoveu a tecnologia indiscriminadamente e nem foi servo dela: ao contrário, conferiu-lhe limites; focou a invenção, como no *design*, ao lado da repetição serial do produto industrial, e, aplicando-a à Arquitetura, perguntou pelo sentido da técnica diante dos propósitos humanos e da condição histórica de nossa existência. O modernismo fez “planos”, políticos e arquitetônicos, justamente para escapar do fado de um mundo constituído apenas pelo progresso tecnológico e pelo livre jogo das forças econômicas, militares e externas. Ele submeteu, através da sua racionalidade artística e técnica, esse progresso e esses interesses a um propósito comum, a uma razão ética definida pelos homens e não pela lógica do mercado ou pelo ritmo do avanço tecnológico. E assim fazendo, subtraiu-se a um destino obscuro e heterônomo para pensar o futuro como projeto ou como diálogo de projetos voltado para uma sociedade e não para uma massa anônima.

Reunindo a dimensão ética e a dimensão da liberdade, a identidade de uma república se constitui na medida em que são promovidos valores e princípios compartilhados por todos dentro de um regime que promova a realização plena dos vários indivíduos em um corpo político por eles constituído. É a promoção dessas duas dimensões que faz dos projetos modernistas obras de arte inseridas numa “república” e não no regime em que a tirania do espetáculo arquitetônico e tecnológico cega a crítica e impede-nos de aspirar espaços que tenham sentido para nossos hábitos e nossa habitação cotidiana do mundo. A arquitetura republicana é inimiga da “arquiteturocracia”, da arquitetura como espetáculo e tendo fim em si mesma.

A construção de uma identidade exige uma matéria objetiva em que seja esculpida: o mundo público e comum, compartilhado por todos os homens. Construí-lo não é um acontecimento isolado, mas o fruto do processo histórico vivido pela humanidade e que forneceu ao modernismo suas valências tecnológicas e universais e seu propósito voltado para a construção de um mundo humano contraposto ao natural, proveitoso para a existência concreta e aos usos e ações de nossa vida, mais do que para a contemplação de uma consciência meramente estética.²⁸

A perda de um horizonte comum, a perda da historicidade de nossa existência individual, a perda de vista de um processo geral, a perda de uma teoria frente a qual conferir sentido à prática e a perda de um todo diante do qual se medir as ações e obras singulares expõem a perda de um mundo público comum, matéria prima com que se ergue a arquitetura e a arte republicanas. Perdida a natureza, perde-se, agora, a própria história, a própria sociedade e a possibilidade de um mundo comum onde os homens e seus projetos diversos mantenham seu diálogo. Nessa fragmentação em

que as partes alardeiam seu monólogo resta ou a “solidão desesperada” ou a “compressão em uma massa”, como diz Arendt: “Uma sociedade de massas nada mais é que aquele tipo de vida organizada que automaticamente se estabelece entre seres humanos que se relacionam ainda uns aos outros mas que perderam o mundo outrora comum a todos eles.”²⁹

Para preservar o projeto de mundo público e comum, os modernistas sistematizaram as ações visando a preservação do patrimônio histórico e a recuperação de técnicas construtivas tradicionais entretidas com a linguagem da arquitetura moderna, como nos revela a obra de Lúcia Costa e a criação do SPHAN.³⁰ Todo projeto é “contra”, diz Argan: o material da arquitetura, hoje, deve ser encontrado nos cacos desse mundo comum e público, destruído como a própria natureza, de modo a inventar os processos capazes de edificarem uma nova *res publica* que nos livre da compressão na massa. A tirania, mesmo nas formas sofisticadas que ela adquiriu neste início do século XXI – como no tecnicismo, no ativismo ou na inflação de imagens e informações –, permite tudo menos uma coisa: a constituição do sentido, a elaboração de “projetos”, a um só tempo ético e artístico, capazes de enfrentar os sentidos impostos pelo fado das forças heterônomas.

Os modernistas combateram nos campos da arte e da política e fizeram dos edifícios e cidades as armas dessa luta contra as tiranias da política totalitária e homogeneizadora, da irracionalidade e da eficácia em que se reduziu a ação humana e as arquiteturas do pragmatismo, do utilitarismo, do esteticismo, do cientificismo e do tecnicismo nas quais todo sentido é cancelado. Sua arquitetura clama por manter esse mundo público comum em nosso horizonte, mesmo nos ambientes e momentos mais adversos em que todo sentido se ausenta e o homem é comprimido na massa. A arquitetura moderna passou mas permanece o seu clamor: identificar as intolerâncias e tiranias de nosso tempo e projetar contra elas. E isso é projetar nossa própria identidade.³¹

AS NOVAS FRONTEIRAS ESPAÇO-TEMPORAIS

Perguntar pela identidade é pergunta que não faz quem detém e produz os valores dominantes. Só se pergunta por ela, como no nosso caso latino-americano, quem questiona essa hegemonia e vive na periferia do território definido pelos centros hegemônicos. Cumpre, portanto, saber em que condições estamos a perguntar pela identidade latino americana, com que propósito a perguntamos e que resultados pretendemos ao fazermos essa pergunta.

Vimos nos estudos acima que a identidade latino-americana não surge como expressão natural de uma cultura autóctone mas diante de uma história mundial e fletida para responder a um contexto externo, como a das políticas de colonização, de internacionalização ou, no momento atual, de interações globais e interdependências que ultrapassam as fronteiras de nação, costumes, tradições e línguas. Esse transnacionalismo e desterritorialização mundial é contrastado pelo clamor pelas raízes, pelo localismo, pelo fundamentalismo no qual se alicerçam e exacerbam as

identidades de grupos sociais. O problema, ou solução, é que esse sedimento fundamental não existe na América. Por isso a pergunta pela identidade torna-se necessária mas também fictícia na medida em que ela, se serve para resistir àquela desterritorialização, não se funda propriamente numa exigência interna e no desenvolvimento orgânico das sociedades, mentalidades e territórios ameaçados. Pode, inclusive, ao sedimentar-se ou naturalizar essa identidade artificial, impedir os avanços permitidos pela interação intercultural e transnacional, eliminar a diversidade e a negociação das diferenças, atrofiar a reflexão, eliminar a apropriação do alheio e a transformação do outro e de nós mesmos, expulsar do interior de nossa cultura os ricos processos de contextualização e recontextualização de valores e identidades, tal como o ocorrido em 1492, quando da expulsão dos mouros e dos judeus de Portugal.

Vemos que os momentos, como os da arquitetura e da literatura que construíram e deram visibilidade a identidades nacionais latino-americanas, emergem justamente quando elementos externos são apropriados e misturados aos elementos autóctones, imbricando-se com eles de forma tal que se torna impossível separar aquilo que é próprio daquilo que é alheio. Metodologicamente isto impõe que procuremos nossa identidade a partir do composto, do amálgama fundamental formado pelos dois elementos. Não vemos como encontrar uma identidade latino-americana em estado de pureza e imediatamente reconhecível. Ela nos é oferecida, primariamente, em forma molecular e não atômica, dentro de uma cultura de fronteira, tal como as propriedades do Hidrogênio não existem no elemento em si mas dentro de um composto, como o da água. Uma identidade pura não é nosso elemento fundamental: o germe de nossa cultura e ao qual temos acesso primariamente é da ordem da molécula, e não da ordem do átomo indivisível. Procurar nossa identidade como elemento indivisível é ficção que destrói aquilo que nos é mais próprio: termo-nos formado em diálogo, numa cultura de fronteira, distante mas não destacado do núcleo da célula, em sua membrana permeável por onde se dá a migração de valores e conceitos que são disseminados entre os vários ambientes. Ao constituir-se nessa membrana a cultura latino-americana adquiriu uma experiência transterritorial extremamente significativa para o mundo globalizado e para a identificação que ela pode projetar no século XXI. Sua antropofagia, canibalização e carnavalização das formas da cultura e da arte mundiais, destituídas de referimento simbólico unívoco pela própria condição periférica dos territórios latino-americanos onde elas são apropriadas, são a síntese que supera a contradição entre universalismo e localismo, entre globalização e particularismos. Da renovação dessa contradição surgem os racismos e os chauvinismos de toda espécie, como afirmação de uma identidade pura e absoluta. De sua superação, como em nossa antropofagia, uma cultura se abre e se emancipa da lógica férrea daquela estéril e perigosa contradição. Enquanto as identidades fundamentalistas – como as de ordem religiosa, econômica ou racial – pensam-se centripetamente, a América Latina aprendeu a pensar-se centrifugamente.

Analisando a cultura de fronteira no mundo contemporâneo, e exemplificando-a no Brasil e em Portugal, Boaventura Santos a estabelece como artifício, tal como vimos no Barroco: ela se constitui como forma e sem conteúdos fortes. Dentro da ordem global contemporânea, os Estados nacionais são enfraquecidos e cedem lugar a Estados multinacionais ou ao jogo interno de forças particulares. Homologamente, também as noções de espaço e tempo nacionais perdem sua homogeneidade, fortalecendo-se as identificações locais e regionais por um lado e as transnacionais de outro.

A cultura de fronteira costuma ser voraz nas suas incorporações de valores exteriores. Tal voracidade faz com que as apropriações dêem-se apenas como forma, sem grande pregnância do conteúdo. Isso faz com que, como em grande parte da arquitetura neoclássica, eclética ou contemporânea, haja apenas cópia, reprodução e importação de modelos estrangeiros. Contudo, exatamente por tais formas serem tomadas superficialmente, desprovidas de conteúdo definido e consideradas sob uma perspectiva alegórica, elas são submetidas a subversões e combinações com os valores autóctones e próprios que, àquelas amalgamadas, encontram seu modo de desvelamento e constroem a identificação, como no Barroco Mineiro e na arquitetura moderna brasileira. O próprio se diz no alheio e por isso a metáfora, a alegoria e a elipse são criações típicas da literatura barroca e favorecidas em culturas de fronteira como a latino-americana.³² Nesse ponto a cultura de fronteira, tal como a define Boaventura Santos, recai no barroco latino-americano. Suas raízes estão na capacidade de nativizar o alheio, sua identidade alimenta-se dos fluxos que a atravessam ininterruptamente. E isso as favorece em um quadro de transnacionalidade e multiculturalismo.³³

A queda do muro de Berlim derrubou a fronteira Leste-Oeste mas gerou outra entre o Norte e o Sul, entre o Centro e a Periferia. Internamente aos países e continentes também acentuaram-se essas fronteiras entre o centro e a periferia. Uma vez que a globalização da economia, a mundialização instantânea das informações e das trocas e a transnacionalização das culturas bloquearam as pretensões de autonomia dos países e comunidades periféricas, a pergunta da identidade ressurgiu como tentativa por recriar identidades próprias. Por um lado, isso favorece um ambiente de criatividade cultural, negociação das diferenças, compreensão permanente do outro, tolerância, solidariedade e autodeterminação. Por outro, permite-se com isso o afloramento de fundamentalismos, racismos, chauvinismo ético e etnocídio. Do ponto de vista dos territórios, portanto, importa recusar, de um lado, a transplantação de modelos e a cópia de valores e formas culturais e artísticas sem que sejam apropriadas, resistir enfim à voracidade com que os acolhemos e estabelecer um filtro deles. Esse filtro, como na antropofagia, era dado por estados e culturas que se pensavam como nações mas que, enfraquecidos, não são mais suportes para defender nem a identidade nem a cultura nacional. No caso da América Latina o novo filtro, portanto, será dado ou por uma trama supranacional ou pelas subculturas regionais e internas a

cada país.

Do ponto de vista do tempo também as fronteiras foram substituídas. Envolvida pela temática do progresso e da oposição entre o velho e o novo produzidas pela modernidade dos séculos XIX e XX, a América Latina inseriu-se na temporalidade histórica sem superar os problemas inerentes à definição e ocupação dos seus espaços. Credo infinitamente no progresso, entendido sobretudo como crescimento econômico e avanço tecnológico, a modernidade se viu tensionada pelo futuro ao qual entregou tudo, até o passado. Dessa crença no futuro a arquitetura moderna retirou seu maior alimento, como no construtivismo soviético, na Carta de Atenas ou na construção de Brasília. A descrença no futuro como local onde nossas condições de vida seriam melhores é o argumento maior da arquitetura pós-moderna. De âmbito de realização das esperanças, o futuro converteu-se em território sombrio, desconhecido e ameaçador. O local da utopia cedeu espaço, primeiro, para a nostalgia de uma instância original, fundante e mítica da qual se lamenta ter saído. Desprovido de sentido, esse revivalismo, como manifesto em algumas correntes pós-modernistas, ocupou o espaço deixado por um futuro vazio e inalcançável por qualquer projeto. Sem projeto, esse futuro deixou de ser nosso, ficou à deriva daqueles crescimentos econômicos e de seu motor, o avanço cego da tecnologia que, já há muito, adquiriu autonomia e passou a atender mais do que aquilo que nos era realmente necessário.

A morte do futuro é a morte da utopia e a morte do projeto. Não temos projeto porque os inimigos tornaram-se mais difusos e porque descremos no futuro. As identificações latino-americanas foram artificiais e barrocas. Não eram desdobramento de sua história mas invenção em que se apoiava o projeto de um futuro. O futuricídio do mundo contemporâneo dissolve o território onde a América Latina fincava, em última instância, as suas raízes. Sua identidade fica assim sempre à deriva. Sua saída é sua experiência: inventar um projeto e, inventando-o, imaginar um futuro que não seja um mero desdobramento de condições existentes ou mera conseqüência da evolução tecnológica.

O Barroco Mineiro lutou contra as distâncias, contra a natureza, contra o sistema político e contra a mera transplantação de modelos importados. A arquitetura modernista brasileira fez-se contra a tradição neocolonial, contra as heranças do império e contra o academicismo de origem francesa. Constituíram-se como referências de nacionalidade na medida em que precisaram o inimigo a vencer e associaram a proposta estética a uma proposição ética e republicana. Hoje, o inimigo perde os contornos, é difuso, e precisá-lo mais difícil:

“Ao contrário do que se poderia pensar, a globalização dos problemas globaliza o inimigo e se o inimigo está em toda a parte, não está em parte nenhuma. Esta é uma dificuldade verdadeiramente dilemática, porque as coligações revolucionárias ou reformistas foram sempre organizadas contra um inimigo bem definido. Se, como disse acima, há certos problemas em relação aos quais ninguém poderá a prazo ganhar com a sua irresolução,

parece ser impossível, nesses casos pelo menos, determinar o inimigo contra o qual seja preciso organizar uma solução do problema."³⁴

Alguns dos inimigos atuais são os mesmos: a intolerância, que expulsou os mouros e judeus da Ibéria em 1492, e a voracidade de importar modelos. Outros são novos, como a falta de nitidez e labilidade das coisas e da existência, a falta de um projeto de futuro, a cultura de massa, a separação entre ética e estética, a destruição do público pelo privado e o culto ao supérfluo e à tecnologia tornada fim em si mesma. É preciso imaginação para vencê-los, capacidade de fazer projetos, mesmo que utópicos, e empreendê-los no espaço e tempo reais, não virtuais, que ainda temos disponíveis em nosso ameaçado território.

Quanto mais nos vemos deficitários tecnologicamente, mais recursos colocamos para tentar suprir esse déficit. Na tentativa de compensá-lo, a arquitetura contemporânea latino-americana, inundada de informações, cai no neonismo das técnicas e das formas de matriz importada, como o minimalismo ou o deconstrucionismo, cuidando simplesmente de adaptá-las mas sem apropriá-las. Ao contrário do modernismo, não há interpretação mas cópia. Se antes se investia na pesquisa das formas e das técnicas de construção capazes de utilizar os recursos universais para a solução de problemas locais, incorporando a cultura autóctone, hoje se investe na tecnologia da informação através da qual se importam formas impermeáveis ao que nos é próprio e valores e problemas que não são os nossos. Nossos problemas e os problemas de ordem transnacional que afetam os dois hemisférios do mundo não resolvem-se na dimensão meramente técnica. Pois apenas esta, na experiência da periferia, só gera vencidos. É nesse ponto que as artes e as humanidades exigem ser valorizadas na América Latina, nem que seja para compensar o rebaixamento que elas sofreram diante de tanto investimento na técnica. O papel das artes e das humanidades neste "novo mundo" não é o de copiar as últimas tendências ditadas pelo centro hegemônico do mundo transnacionalizado, mas de abrir o espaço para que os conhecimentos e as práticas não hegemônicas possam ser capazes de criar alternativas ao presente, tal como a arquitetura moderna brasileira foi capaz de oferecer, e não apenas em Niemeyer, para responder as exigências do seu tempo e do seu povo. Este projeto não avançou mais não foi por falta de idéias, mas por falta de quem o desdobrasse e o aplicasse ainda mais e por falta de futuro. O que há de melhor na arquitetura barroca e moderna brasileira foi ser útil e ir além da utilidade. Alcançando o lúdico, pervertendo formas e combinando-as com a heterodoxia da sua cultura periférica, caindo no tempo sem se descuidar da exigência do espaço territorial e social, apostando na imaginação para fundar identidades e funções inspiradas na idéia de que o nosso mundo era realmente novo e desigual, a experiência latino-americana alimentou, por vezes, a vontade de realizar pessoal e coletivamente projetos de futuro. Por querer igualar-se ao centro e por querer importar as frustrações e soluções do Norte, a América Latina tem esquecido das aventuras que seu espaço ainda oferece. Esse espaço é o maior patrimônio para ser defendido pois

sabem do seu valor aqueles que o perderam e só puderam viver no tempo. Tempo, contudo, desprovido de futuro. Por ter espaço, a América Latina abriga a possibilidade de futuro e pode fazer projetos que não sejam a mera repetição do mesmo ou acomodação do existente.

Tendo espaço e ainda sendo possível inventar-se um futuro, a América Latina permanece inacabada, suas fronteiras são móveis, sua experiência histórica e seu território ainda abertos. Também inacabada, nossa identidade é um processo de identificação em curso e franqueado a traduções interculturais e valores transnacionais, intercontinentais e transcontinentais. Essa construção implica em repelir qualquer tipo de *apartheid* identitário e cultural, o que seria paralisar aquele processo e ferir-nos a nós mesmos, impermeabilizando-nos e substituindo nosso modo centrífugo de ser pelo modelo centrípeta europeu, norte-americano ou fundamentalista.³⁵ Em nosso território fronteiroço cumpre fazer, cada vez mais e à diferença do que se assiste no núcleo, transitar e interagir os espaços transculturais, próprios e alheios, e as temporalidades passadas, presentes e futuras. Nossa identidade é uma identificação em curso, é transespacial e transtemporal: no nosso aqui e agora habitam várias dimensões. Estamos, simultaneamente, nelas e além delas. Não há como fixar nossa substância: simultaneamente, somos o que somos e o que projetamos ser. Nossa identidade permanece ainda aberta, como em nosso barroco e em nosso modernismo.

○ que afirmou mundialmente esses dois períodos de nossa arquitetura foi a capacidade deles trabalharem os dois lados da fronteira e dissolverem assim a distância entre centro e periferia e entre o passado e o futuro. Essa é a maior tarefa que temos diante da globalização econômica e das novas fronteiras por ela estabelecidas. A experiência latino-americana é a que soube, em alguns momentos, eliminar aquela distância. Ao fazê-lo, elaborou suas melhores manifestações identitárias. É essa experiência e essa superação de distâncias, inclusive geográficas, econômicas e sociais, a tarefa imprescindível que se impõe neste início do século XXI. Por sua história, a América Latina é o território privilegiado – e pela primeira vez maduro, mais maduro do que qualquer outro – para que essa superação se experimente, se faça e seja devolvida a um mundo de burras polaridades.

NOTAS

- ¹ NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. In: MELLO E SOUZA, Laura. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 18, 20. (História da vida privada no Brasil, 1). Acrescenta ainda o autor, na p. 17: “Nesse sentido, se procuramos reconstituir as manifestações da intimidade articuladas num quadro mais geral, a definição, ou melhor, o recorte desse quadro não pode ser ‘Brasil’, e sim a colonização moderna em geral, situando-se a colonização portuguesa no Novo Mundo dentro desse contexto. Em suma, o antigo sistema colonial. No contexto da colonização, portanto, a privacidade vai abrindo caminho não só em contraponto com a formação do Estado, mas ainda com a gestação da nacionalidade.”
- ² Sobre a descontextualização das identidades na modernidade e, particularmente, em Portugal e no Brasil cf. SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice; o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 135-155.
- ³ BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e artifício; iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000. p.353. Na página seguinte, o autor completa: “Deus, Portugal, o rei e o futuro estão todos mútua e absolutamente obrigados. O rei é a consciência encarnada, o portador de um programa universal para o reino que se reinventava, e sua vontade a expressão deste projeto histórico, de futuro.”
- ⁴ “Essa era uma outra particularidade que distinguia os portugueses dos espanhóis, apesar dos conselhos de Campillo à Coroa espanhola. O governo português obrigava uma disposição mais incorporadora que não contemplava apenas a elite brasileira. Na mesma carta dirigida a Pombal, o duque Silva-Tarouca, ao ressaltar a necessidade de povoar a América, dizia: ‘Moio, Branco, Negro, Índio, Mulato ou Mestiço, tudo serve, tudo são homens, são bons se os governarão ou regularão bem e proporcionalmente ao intento.’” BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e artifício; iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000. p. 386.
- ⁵ NORBERG-SCHULZ, Ch. *Arquitectura barroca tardia y rococó*. Trad. Luis Escolar Bareño. Madrid: Aguilar, 1972. p. 18. “La necesidad de pertenecer a un sistema absoluto y integrado, pero abierto y dinámico fue la actitud fundamental de la época barroca.” NORBERG-SCHULZ, Ch. *Arquitectura barroca*. Trad. Luis Escolar Bareño. Madrid: Aguilar, 1972. p. 10. Sobre o espírito de sistema e síntese do Barroco cf. BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *A formação do homem moderno vista através da arquitetura*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 131-162.
- ⁶ “A cidade monumental é a cidade capital e a grande criação histórica do barroco é a cidade capital do Estado moderno.” ARGAN, Giulio Carlo. *El concepto del espacio arquitectónico desde el Barroco a nuestros días*. Trad. Liliana Rainis. Buenos Aires: Nueva Visión, 1966. p.58.
- ⁷ Sobre a Praça de São Pedro no Vaticano e sobre Versalhes, cf. BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. *A formação do homem moderno vista através da arquitetura*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 143-162.
- ⁸ Cf. MACHADO, Lourival Gomes. *Barroco Mineiro*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- ⁹ Entendemos aqui a carnavalização das formas como a conferência de sentidos diferentes ao que elas tomaram em sua origem, tal como proposto em SARDUY, Severo. *Barroco*. Paris: Seuil, 1975. Ela se constitui diante da impossibilidade de apreender o sentido das coisas em uma totalidade, levando a fazer de toda representação um simulacro e uma alegoria. Sobre isso ver também Guerrero, Gustavo. Límites y posibilidades de un discurso neobarroco: la enseñanza de Sarduy. *Barroco (O território do Barroco no século XXI)*, Belo Horizonte, n. 18, p. 93-100, 2000.
- ¹⁰ MIRANDA, Selma Melo. Arquitetura barroca: análise e linhas prospectivas. *Barroco (O território do Barroco no século XXI)*, Belo Horizonte, n. 18, p. 297, 2000.
- ¹¹ Em virtude da concorrência com a Ordem Terceira de São Francisco de Assis em São João D’el Rey, este projeto é reelaborado em 1774.
- ¹² Cf. BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Trad. Gloria Lucia Nunes. Rio de Janeiro: Record, 1983. v. 1, p. 240.
- ¹³ Por exemplo, cf. BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. Barroco e História. *AP*, Belo Horizonte, n. 6, p. 66-68, jul/ago 1966.
- ¹⁴ “E o mais notável dessa perda é que ela não nasceu de uma vontade madura e enraizada de secessão por parte dos americanos. Os ibéricos perderam a América por se envolverem, voluntariamente ou não, num jogo ocidental acima de suas forças e pela incapacidade de oferecer aos *criollos* e à elite brasileira um novo protagonismo nos Impérios que desejavam preservar. Apesar dos ensaios do século XVIII, os americanos postergarão ao máximo a definitiva separação das antigas metrópoles. E só o fizeram constatada a absoluta impossibilidade de arranjos vitoriosos no interior das estruturas imperiais e coloniais.” BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e artifício; iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000. p. 402.
- ¹⁵ “Já se vê a importância decisiva dessa primeira caracterização para descrever ou compreender as formas que foram assumindo aqui as relações íntimas — essa constante necessidade de integrar novas personagens nos círculos de intimidade por certo que imprimia uma grande fluidez em tais relações que por assim dizer não tinham tempo de se sedimentar.” NOVAIS, Fernando A. Condições da privacidade na colônia. In: MELLO E SOUZA, Laura. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 20-21. (História da vida privada no Brasil, 1). (grifos do autor).
- ¹⁶ BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e artifício; iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000. p. 407.
- ¹⁷ Sobre a visão alegórica como própria ao barroco e à expressão dos vencidos ver BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984 e DUARTE, Rodrigo. Barroco: lastros ideológicos e antecipações utópicas. *Barroco (O território do Barroco no século XXI)*, Belo Horizonte, n. 18, p. 31-44, 2000.
- ¹⁸ BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e artifício; iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG;

Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000. p. 420.

¹⁹ BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e artifício; iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000. p. 431.

²⁰ “As idéias e valores, tanto da velha tradição ibérica quanto do liberalismo, são formas, aparências soltas e suspensas no espaço, disponíveis para o centro político da nação e valorizadas pela sua eficácia prática e simbólica em relação às funções do Estado e do centro político: a preservação do espaço, a estabilidade social e o progresso econômico.” BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e artifício; iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000. p. 437.

²¹ MELLO E SOUZA, Laura. Formas provisória de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: MELLO E SOUZA, Laura. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 44. (História da vida privada no Brasil, 1). E analisando os costumes no Centro-Sul da colônia portuguesa, a autora acrescenta, à p. 45-46: “Como decorrência do caminho, do movimento, constituiu-se a civilização paulista. Para entender-se os primórdios de um sentimento de intimidade no Centro-Sul da América portuguesa, é obrigatório reportar-se aos hábitos cotidianos desenvolvidos pelos sertanistas de Piratinga: num primeiro momento, distanciam-se dos trazidos da mãe-pátria europeia, e adotam os próprios às populações indígenas da região; em seguida, começam a desenvolver hábitos compostos, nos quais a mescla repousa sobretudo no processo analógico, que seleciona, na cultura adventícia, os elementos que se harmonizam melhor com a cultura original. Num terceiro momento — e o ponto de referência é sempre Sérgio Buarque de Holanda — ocorre a adoção de hábitos europeus.”

²² Cf. BUSTILLO, Carmen. Barroco: um itinerário inconcluso? *Barroco (O território do Barroco no século XXI)*, Belo Horizonte, n. 18, p. 73-91, 2000.

²³ MELLO E SOUZA, Laura. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: MELLO E SOUZA, Laura. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 42-43. (História da vida privada no Brasil, 1).

²⁴ “Homenaje y profanación americana del barroco español, lo neobarroco sería el último avatar de ese espejo contracultural, irónico y deformado, con que la heterogeneidad de nuestro continente refleja la imagen del sueño universalista de Europa.” GUERRERO, Gustavo. Límites y posibilidades de un discurso neobarroco: la enseñanza de Sarduy. *Barroco (O território do Barroco no século XXI)*, Belo Horizonte, n. 18, p. 99, 2000.

²⁵ CAVALCANTE, Lauro (org.). *Quando o Brasil era moderno: guia de Arquitetura; 1928-1960*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p.14.

²⁶ CAVALCANTE, Lauro (org.). *Quando o Brasil era moderno: guia de Arquitetura; 1928-1960*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p.25.

²⁷ CAVALCANTE, Lauro (org.). *Quando o Brasil era moderno: guia de Arquitetura; 1928-1960*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001. p. 385.

²⁸ Para uma crítica dessa consciência estética, ver GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método; traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Trad. Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 1997.

²⁹ ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1997. p. 126.

³⁰ Cremos, porém, não ser essa a única causa: entre outras, preservar o patrimônio serviu também para compensar a extrema destruição das cidades promovida pelo desejo de renovar tudo.

³¹ Sobre a dimensão ética da arquitetura ver ainda BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. A arquitetura e seu combate. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, caderno Pensar, p.1-5, 1988, também publicado em VILELA, Saul (org.). *Arquitetura: in versus*. Belo Horizonte: AP Cultural, 1999. p.185-196.

³² “A zona fronteiriça, tal como a descoberta, é uma metáfora que ajuda o pensamento a transmutar-se em relações sociais e políticas. E não esqueçamos que a metáfora é o forte da cultura de fronteira e o forte da nossa língua.” SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 155.

³³ “Para além do ocentrismo e do cosmopolitismo a forma cultural da fronteira apresenta ainda uma outra característica: a dramatização e a carnavalização das formas. Dado o caráter babélico, assíncrone e superficial das incorporações e das apropriações forâneas, a forma fronteiriça tende a identificar-se, nessas incorporações e apropriações, com as formas mais dos que com os conteúdos dos produtos culturais importados. [...] O desequilíbrio entre forma e conteúdo que assim se dá tem como efeito uma certa dramatização das formas que é também uma certa carnavalização das formas, isto é, uma atitude de distanciamento mais lúdica que profilática, mais feita da consciência da inconsequência do que da consciência da superioridade. Nisto reside também o caráter barroco da forma cultural portuguesa. A cultura portuguesa é menos uma questão de raízes do que uma questão de posição. [...] As raízes são assim o artefacto de uma capacidade de nativização do alheio. Estão sempre fora ou longe de onde se está. [...] Esta forma cultural tem igualmente vigência, ainda que de modo muito diferenciado, no Brasil. [...] Fiel à sua natureza semiperiférica, a cultura portuguesa estendeu a elas (as colônias) a zona fronteiriça que lhes permitiu usar Portugal como passagem de acesso às culturas centrais, como aconteceu com as elites culturais do Brasil a partir do século XVIII.” SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 150-155.

³⁴ SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice; o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 321.

³⁵ “A quinta dimensão providencial do Estado em Pasárgada 2 consiste em promover a pluralidade e a permeabilidade das identidades pelo incentivo à confrontação entre os dois paradigmas, com base na idéia de que o *apartheid* se reproduz incessantemente na sociedade, e a muitos mais níveis do que vulgarmente se julga, sendo, de resto, um dos recursos estratégicos do paradigma do capital-expansionista.” SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 340.

Carlos Antônio Leite Brandão

Desde 1983 é professor de Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e da Arte na Escola de Arquitetura da UFMG. Formou-se como arquiteto na Escola de Arquitetura da UFMG (1983), é especialista em Cultura e Arte Barroca (UFOP/1986), mestre em Filosofia (UFMG/1987) e doutor em Filosofia (UFMG/1997). Trabalha principalmente a História da Arquitetura dos séculos XV ao XVIII. Foi diretor da Escola de Arquitetura da UFMG (1998-2002). Desde 1998 desenvolve pesquisa junto ao CNPq em torno da relação entre Arquitetura, Hermenêutica, Humanismo e República. Atualmente, é membro do Conselho Diretor do Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da UFMG e presidente da Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade. Dirige o grupo de pesquisa “Hermenêutica e Arquitetura” e a revista eletrônica “Interpretar Arquitetura” (<www.arq.ufmg.br/ia>). Publicou inúmeros artigos nacionais e estrangeiros e dentre os vários livros citamos: *Quid Tum? O combate da arte em Leon Battista Alberti* (UFMG: 2000); *A Formação do Homem Moderno vista através da Arquitetura* (UFMG: 1999); *Memória Histórica de Nova Ponte* (CEMIG: 1993); *Arquitetura Vertical* (AP Cultural: 1991) e *Lojas: Arquitetura* (AP Cultural: 1990). Além de sua atividade como arquiteto, é dramaturgista do Grupo Galpão de Teatro (Belo Horizonte/MG) destacando-se as montagens de *Romeu e Julieta* (1991), *Um Molière Imaginário* (1997), *Partido* (1999) e *O Inspetor Geral* (2003).